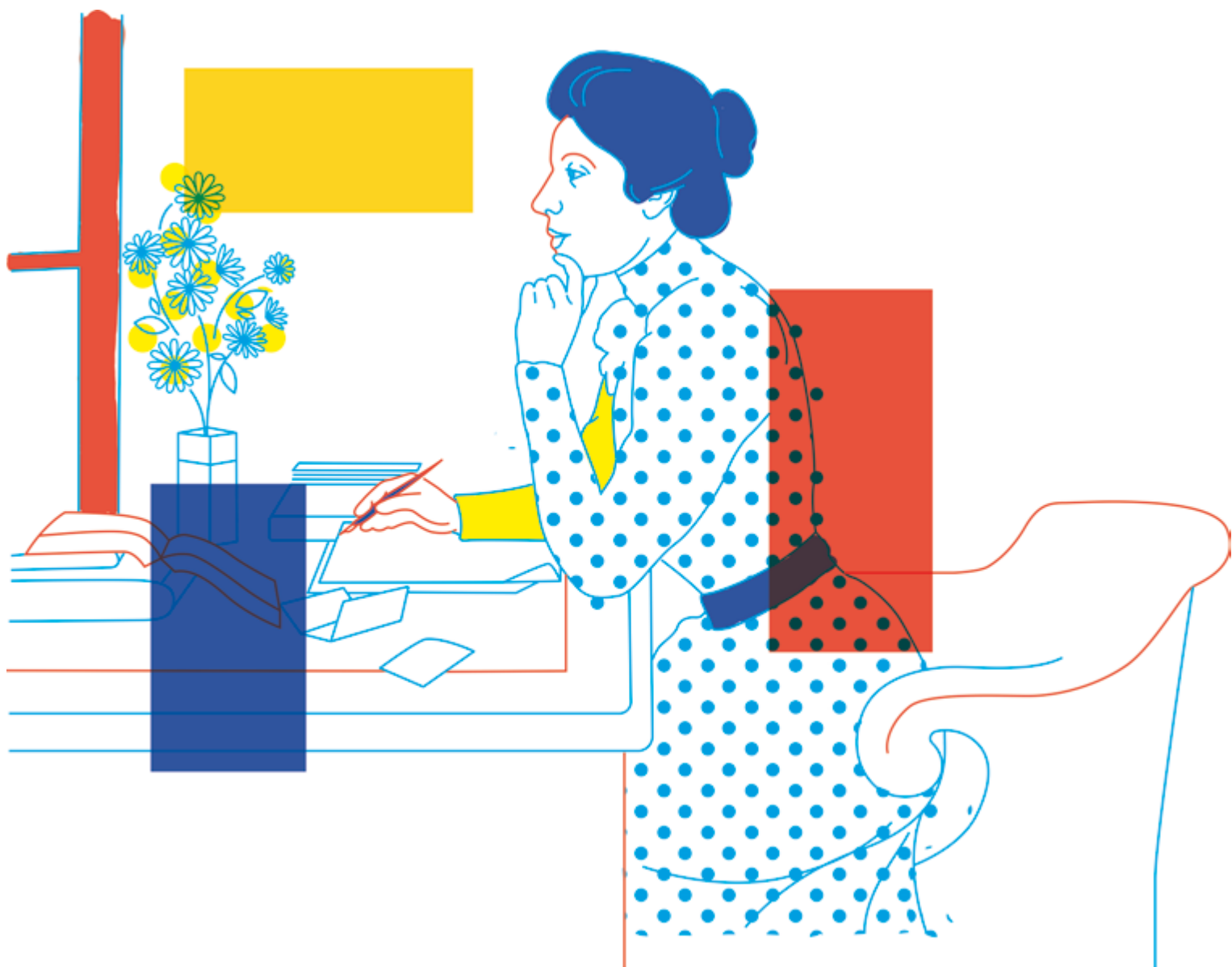


AS MENSAGEIRAS

Primeiras Escritoras do Brasil



Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social

As Mensageiras

Primeiras Escritoras do Brasil

Brasília, setembro de 2018

Por muito tempo na história, “anônimo” era uma mulher. Virgínia Woolf

Até há bem pouco tempo, quase não se conhecia a literatura feita por mulheres no Brasil antes do século XX. Isso porque, calcadas numa sociedade patriarcal, que oprimia e menosprezava a expressão feminina, nossa historiografia e nossa crítica literária também se constituíram de forma desigual e machista, tendo ignorado e apagado muitas de nossas escritoras e suas obras.

As pesquisas em torno do assunto só ganharam força nas universidades brasileiras com a formação, em 1984, do Grupo de Trabalho Mulher e Literatura, no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll). Desde então, a academia passou a se dedicar mais ao resgate da memória de pioneiras como a maranhense Maria Firmina dos Reis (1822—1917), considerada a primeira romancista brasileira, e a norte-rio-grandense Nísia Floresta (1810—1885), precursora em questões feministas, abolicionistas, indianistas e republicanas.

A exposição *As Mensageiras: Primeiras Escritoras do Brasil*, que faz parte da série *Histórias não contadas*, produzida pelo Centro Cultural Câmara dos Deputados, pretende dar visibilidade à biografia e à obra das desbravadoras das nossas letras, personagens ainda hoje praticamente anônimas. A ideia é contribuir para o debate acerca do silenciamento da voz feminina no cânone literário e suscitar interesse pela fala e pela história de mulheres que muito lutaram pelo direito de manifestarem suas ideias e de verem seu trabalho reconhecido pela própria família, pelos escritores contemporâneos, pelo público e pela crítica.

O título da mostra faz alusão ao periódico *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*, que circulou em São Paulo no final do século XIX. *A Mensageira*, *O Sexo Feminino*, *O Jornal das Senhoras* e *A Família*, entre outros jornais destinados às mulheres nos anos 1800, incentivaram a produção de autoria feminina e despertaram, pouco a pouco, sob um feminismo iniciante, a consciência das mulheres para a necessidade de conquistarem direitos relativos à educação, ao divórcio, à profissionalização, à sexualidade e, posteriormente, ao voto.

A maioria das escritoras contempladas nesta exposição nasceu no Brasil e publicou na imprensa nacional no século XIX e início do século XX, mas citamos também algumas brasileiras que produziram no século XVIII, como Rita Joana de Sousa e Bárbara Heliodora. Destacamos ainda uma vanguardista que, embora brasileira, viveu e publicou em Portugal: Teresa Margarida da Silva Horta, nascida em São Paulo em 1711, considerada a primeira mulher a escrever ficção em Língua Portuguesa, autora do romance *Aventuras de Diófanes*. Algumas precursoras de nossas letras que não nasceram no Brasil mas que viveram quase toda a vida no país e aqui publicaram também ganharam destaque na mostra, como Joana Paula Manso de Noronha e Maria Benedita de Oliveira Barbosa.

O recorte da mostra privilegiou o volume de textos produzidos, a importância, as peculiaridades e/ou o pioneirismo das obras e também o acesso às informações sobre as escritoras. (Algumas divergências acerca de sobrenomes, parentescos, datas e locais de nascimento e morte de algumas autoras, todavia, não puderam ser sanadas.) Acatou-se na pesquisa todo o tipo de produção escrita, tais quais: crônica jornalística, poesia, artigo, texto para teatro, folhetim, conto para crianças e material didático.

Infelizmente ainda há muito texto de qualidade perdido e autoras significativas carecendo ser resgatadas e enaltecidas. Esperamos que saiam mesmo do anonimato e que possam ter seu legado literário reavivado. *As Mensageiras: Primeiras Escritoras do Brasil* é tributo póstumo e necessário às precursoras da literatura brasileira, mulheres cujo protagonismo foi por tanto tempo negado.

Maria Amélia Elói
Curadora da exposição



Literatura de autoria feminina: a história possível

A História Literária [...] é feita de exclusões e se define tanto pelo que recusa e ignora quanto pelo que aceita e consagra. Não há história sem crítica e sem espírito seletivo; estudar o passado, principalmente o passado literário, é compreendê-lo em sua natureza profunda, é descobrir-lhe um sentido e uma significação; ao mesmo tempo, a história literária, como crítica, só encontra justificção enquanto existir conscientemente sob o signo de qualidade. (W. Martins, *História da inteligência brasileira*, 1969)

Se hoje os livros de autores e autoras estão lado a lado nas vitrines e nas estantes, já houve um tempo em que as coisas não eram assim. Os homens dominavam sozinhos o espaço público, enquanto as mulheres ficavam confinadas, cuidando unicamente de afazeres relacionados à casa e à família. A história das relações sociais de gênero andou bem devagar, e foram necessários alguns séculos para as mulheres se tornarem as pessoas participantes que são hoje.

Também o estudo sobre a mulher e sua representação na literatura data relativamente de poucos anos. Até a década de 1980, por exemplo, esses estudos nem eram considerados objeto legítimo de pesquisa. Só quando pesquisadoras – em grupo ou isoladamente – tomaram a iniciativa de desenvolver trabalhos sobre o tema, e apresentá-los nos congressos, é que a temática se consolidou nos meios acadêmicos do país. Hoje a tendência de expansão dessa linha de pesquisa é inegável, basta observar o número sempre crescente de artigos, teses e livros que a todo o momento surgem.

Sabem como tudo começou? Deve ter sido com uma pergunta bem simples, assim: quando folheamos os livros de história ou os manuais de literatura e não encontramos referência a nomes femininos, antes dos anos 30 do século XX no Brasil, isso significa que as escritoras não existiram?

Não custa lembrar, para as jovens gerações, que as mulheres antigamente não tinham direitos, só deveres. Não podiam aprender a ler, não tinham opinião a respeito de nada, não podiam herdar bens, para tudo precisavam de tutores homens. Seu mundo se reduzia ao mundo doméstico, às paredes de sua casa. Para dourar a pílula, foram chamadas de “belo sexo” e “sexo frágil”, que ao fim e ao cabo era sinônimo de inferior, infantil, incompetente, irracional.

Enquanto os rapazes da elite iam estudar na Europa, suas irmãs viviam enclausuradas em semiescavidão. Mesmo as senhoras mais ricas eram analfabetas e submissas. E poder estudar, votar e trabalhar (primeiro como professoras e enfermeiras) foram conquistas penosas, lentamente alcançadas, porque antes era preciso vencer a resistência da sociedade que achava que lugar de mulher era em casa. Quando surgiram as primeiras escolas públicas para meninas, em 1827, elas se limitavam a ensinar rudimentos da língua pátria e noções de aritmética, pois o principal foco da educação feminina era saber bordar, tocar piano e falar um pouco de francês...

Mas, ainda assim, algumas escaparam deste cerco e escreveram poemas, romances, novelas e peças de teatro, apenas não entraram na história literária... O que é outra história: história das relações sociais de gênero; ou seja, história de poder, de dominador e dominado, de sexo dito “forte” e sexo dito “fraco”.

E aí entra o papel das investigações iniciadas na década de 1980 – quase uma arqueologia literária –, que revelaram centenas de nomes femininos perdidos em velhos arquivos e estantes empoeiradas, descortinando uma história desconhecida e os nomes de nossas primeiras escritoras. São essas pesquisas que nos permitem ter agora uma pálida ideia dos primórdios da participação feminina nas letras nacionais e dos preconceitos que elas enfrentaram para serem consideradas escritoras. Tais pesquisas dão, ainda, elementos preciosos para se questionar a cultura hegemônica e o cânone da literatura brasileira, até outro dia intocáveis.

Junto com os livros, surgiram também os jornais e revistas que elas criaram, porque se a “grande” imprensa não aceitava sua colaboração por serem mulheres, a solução foi criar uma imprensa alternativa e feminina. Mas essa também é uma outra história, das mais interessantes.

Parte das pesquisas citadas encontra-se nos volumes intitulados *Escritoras brasileiras do século XIX*, publicados pela Editora Mulheres, de Florianópolis, sob a coordenação de Zahidé Lupinacci Muzart. O primeiro volume, de 1999, tem 910 páginas e 52 escritoras de diferentes regiões do país. O segundo, de 2004, tem 1170 páginas e 53 autoras. E o terceiro, de 2009, tem 56 escritoras, distribuídas em mais de 1.100 páginas, a maioria pouquíssimo conhecida do público leitor.

Assim, de pesquisa em pesquisa, a história intelectual da mulher brasileira vai se constituindo, fragmento por fragmento, autora por autora. Através das informações biobibliográficas e das obras recolhidas, é possível afirmar que existiram, sim, mulheres atuantes e produtivas no passado, e que, enfim, é possível construir uma nova história das letras em nosso país.

Constância Lima Duarte

Pesquisadora do CNPq; professora aposentada de literatura brasileira da UFRN e UFMG

A propósito da exposição “As Mensageiras: Primeiras Escritoras do Brasil”

Anônima, Amélia Rodrigues, Ana Luisa de Azevedo Castro, Auta de Souza, Bárbara Heliodora, Beatriz Brandão, Carolina Nabuco, Delminda Silveira, Emília Moncorvo Bandeira de Melo [Carmem Dolores], Francisca Izidora Gonçalves da Rocha, Francisca Júlia, Gertrude Gross-Hering, Gilka Machado, Ibrantina Cardona, Inês Sabino, Josefina Alvares de Azevedo, Júlia Lopes de Almeida, Laura Fonseca da Silva, Luzia de Oliveira Costa, Madame Crysanthème, Maria Benedita Bormann [Délia], Maria Firmina dos Reis, Maria Lúcia Duarte, Narcisa Amália, Rita Barém de Melo, Rosália Sandoval, Zalina Rolin...

A lista acima poderia ocupar toda a página deste pequeno texto sobre esta exposição acerca das primeiras escritoras do Brasil. O filtro de apenas alguns nomes serve para visibilizar o que tem sido sistematicamente apagado da história literária do país. Entretanto, hoje já não se pode ignorar que o século XIX foi um grande veio para a produção literária de autoria feminina no país.

O resgate dessa historiografia tem seu pé fincado nas pesquisas iniciais realizadas pela saudosa professora Zahidé L. Muzart (*in memoriam*), pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que transformou o cenário acadêmico brasileiro quando publicou, em 1999, o primeiro dos três volumes da Antologia *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, pela editora Mulheres, a qual dirigiu desde a sua origem até 2015, ano em que deixou a existência terrena. O segundo e o terceiro volumes foram publicados em 2004 e 2009, respectivamente. Com essas publicações, mais de 150 escritoras foram retiradas dos bastidores literários brasileiros. Este foi um trabalho realizado em colaboração com pesquisadoras de todo o país que iluminaram o cenário das letras brasileiras a partir do Grupo de Trabalho Mulher e Literatura, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll).

O que esta exposição revela é apenas a ponta de um iceberg que o futuro ainda há de considerar com um olhar mais centrado numa política literária e pedagógica que leve às escolas o espaço do estudo de escritoras, ao lado dos chamados ícones mais representativos da literatura brasileira, mas que é ainda muito restrito e sem mudanças. As autoras brasileiras que construíram um pequeno nicho de conhecimento são muitas e merecem ser lidas dentro do contexto sociocultural em que viveram, o que só lhes permitiu produzir da forma considerada como o “feminismo possível” para uma época em que as mulheres podiam muito pouco. Virginia Woolf, ao buscar as autoras inglesas para sua famosa palestra transformada no livro *Um teto todo seu*, em 1928, aponta para o papel da escritora como criadora de conhecimento, muito além da musa inspiradora, papel este ainda hoje reverenciado em muitas instâncias intelectuais. A voz das mulheres ainda precisa ser ouvida de forma autônoma para expressar, de fato, o seu pensamento.

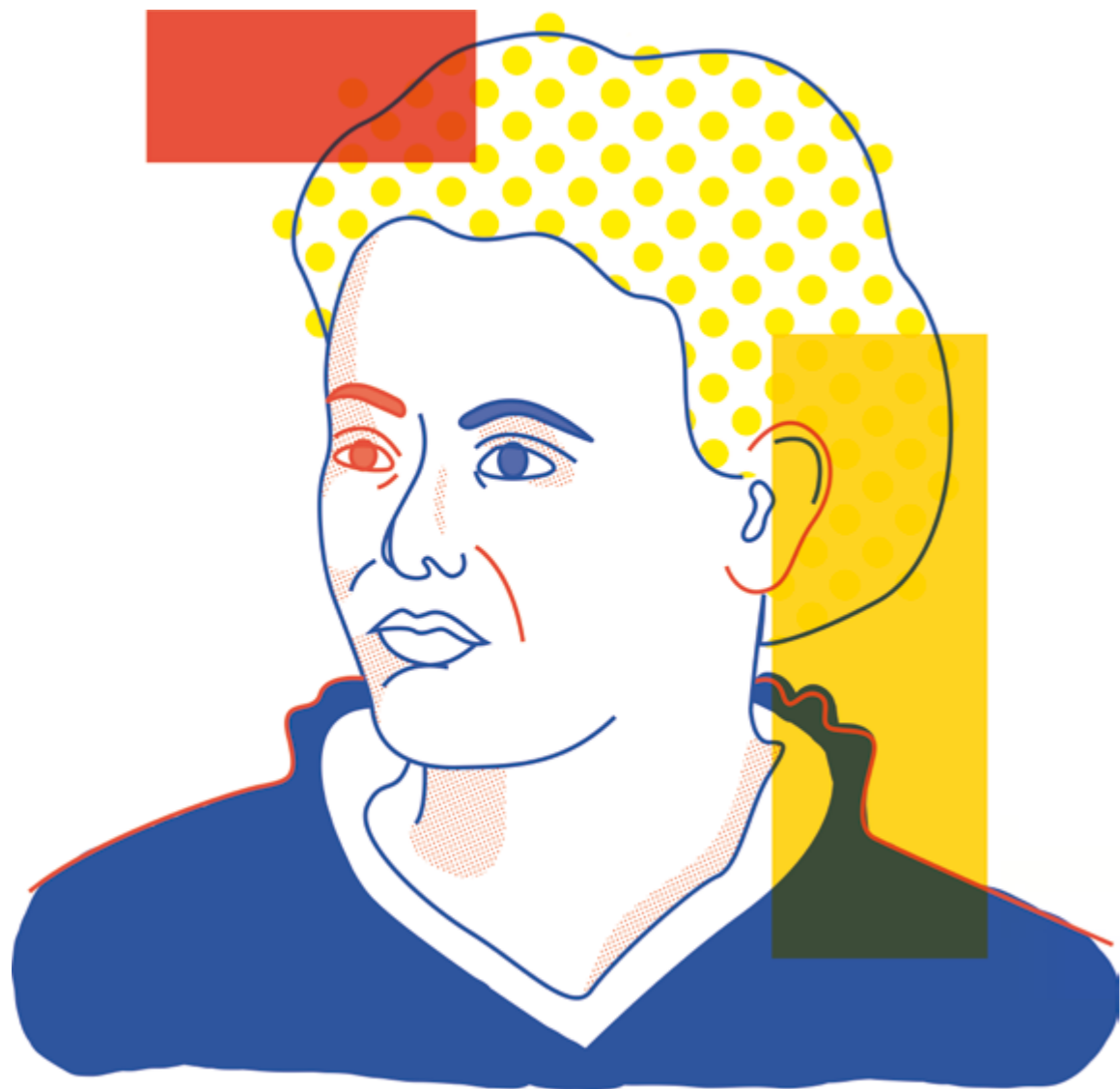
A história mostra que já não se pode mais argumentar com o véu do silêncio sobre essa escrita que, muitas vezes, ainda passa despercebida da maioria das leitoras (leitores) brasileiras, pouco conhecedoras do passado que hoje sedimenta o tempo que nos morde os pés com a sua instantaneidade devastadora. É nesse espaço que as primeiras escritoras brasileiras estão.

As escritoras dessa mostra foram pioneiras num tempo discreto e de muita opressão para o contexto feminino. Elas, no entanto, mostraram que – muito além do muro que esconde os jardins, as casas e os rostos de suas moradoras – viviam sujeitos pensantes responsáveis pelas imensas mudanças que a sociedade ainda passa.

As pesquisas que revelaram as escritoras brasileiras listadas acima e as que compõem a exposição *As Mensageiras: Primeiras Escritoras do Brasil* foram e são história de resistência em relação às imensas desigualdades que ainda pesam no nosso país, especialmente a de gênero, à qual as lutas feministas buscam incessantemente pôr fim. Que a exposição alcance não apenas o olhar daquelas (e daqueles) que por aqui circulam; que lhes chegue ao coração e ao desejo de expandir a mostra em outros espaços de divulgação, de estudo e de consolidação do pensamento dessas e de todas as outras escritoras antes invisibilizadas e, aqui, visíveis ao olhar do público.

Izabel Brandão

Professora titular da Universidade Federal de Alagoas e pesquisadora do CNPq



Autoria feminina nos anos 1800

Algumas brasileiras ousaram escrever e publicar no século XIX. Eis as desbravadoras, elencadas aqui pela ordem crescente de nascimento.

Beatriz Francisca de Assis **Brandão** (Vila Rica, atual Ouro Preto, MG, 1779 – Rio de Janeiro, RJ, 1868) dedicou-se à poesia, à prosa e à tradução. Escreveu cerca de 500 páginas de poesia que são, ainda hoje, desconhecidas. Participou intensamente da vida social, cultural e política de Ouro Preto e do Brasil no período. Dirigiu em Vila Rica um educandário para meninas.

Os Brandão, especificamente em Vila Rica, tornaram-se conhecidos por suas estreitas relações com a casa imperial. Escrevendo poemas patrióticos, líricos e religiosos, num momento de transição entre o Arcadismo e os prelúdios do Romantismo, Beatriz era uma das figuras intelectuais de prestígio na cidade, tendo colaborado para os periódicos *Marmota Fluminense* e *O Guanabara*.

Seus primeiros trabalhos foram publicados pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, no segundo volume do *Parnaso brasileiro*, em 1831. Esses poemas foram reunidos no livro *Cantos da mocidade*, em 1856. A segunda obra publicada foi *Carta de Leandro a Hero* e *Carta de Hero a Leandro*, também no *Parnaso brasileiro*. Em 1868, já conhecida na imprensa, mereceu um artigo, no *Correio Mercantil*, intitulado *Prima de Marília* (Beatriz era prima de Maria Joaquina Doroteia de Seixas, a Marília de Dirceu), onde se lê que “D. Beatriz era um ânimo varonil e uma inspirada poetisa¹”.

1– No século XIX, a palavra costumeira era poetisa, e não poeta, como usual nos dias de hoje.



Dionísia Freire Lisboa, nome literário de **Nísia Floresta** Brasileira Augusta (Papari, atual Nísia Floresta, RN, 1810 – Rouen, França, 1885), é considerada a primeira voz feminista brasileira a se erguer contra os preconceitos da sociedade patriarcal. Lutou pela educação das mulheres, pelos indígenas, pela abolição da escravidão e pela liberdade religiosa.

Pertencia ao círculo de famílias abastadas do Rio Grande do Norte. Chegou a ser repudiada pela própria família por ter abandonado o marido, com quem se casara aos 13 anos. Mudou de cidades, estados e países, por conta de casamentos desfeitos, perseguições políticas, doenças dos filhos e inquietude cultural.

Tradutora, jornalista, educadora, poetisa e ensaísta, Nísia Floresta foi notória no meio intelectual de seu período, embora por muito tempo ignorada pela história oficial brasileira.

Iniciou sua carreira de escritora em 1832, publicando, em Recife, uma tradução livre de uma obra que fizera grande sucesso e escândalo no século XVIII: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, escrito por Mary Wollstonecraft – ou, de acordo com novos estudos, uma tradução de *Woman not inferior to man*, de Mary Wortley Montagu, obra inspirada, por sua vez, no livro *De l'égalité des deux sexes*, de François Poulan de La Barre, publicado em 1673.

Sempre escrevendo e publicando pela imprensa ou em livros, Nísia passou a viver, a partir de 1849, entre a Europa e o Brasil. Na França, foi discípula e correspondente do sociólogo Auguste Comte. Deixou uma extensa obra escrita em francês, italiano e português. Apesar de limitações relativas à distribuição e divulgação, a obra de Nísia teve repercussão e chegou a influenciar escritoras até o final do século XIX.

Publicou o livro de ensaios *Conselhos à minha filha* (1842) e o romance *Fany ou o modelo das donzelas* (1847, episódio da Revolução dos Farrapos no Rio Grande do Sul), entre várias outras obras.

Morreu na França, em 1885. E só em agosto de 1954, quase 70 anos depois de sua morte, seus despojos foram levados para sua cidade natal. Primeiro foram depositados na igreja matriz e depois levados para um túmulo no sítio Floresta, onde ela nasceu.

Em 2012 foi inaugurado o Museu Nísia Floresta, localizado em um casarão do século XIX no centro do município de mesmo nome. O museu tem como objetivo preservar, coletar e expor objetos, documentação e pesquisas vinculados à história e à memória histórica de Nísia Floresta, além de promover atividades permanentes de arte e cultura.



Maria Firmina dos Reis (São Luís, MA, 1822 – Guimarães, MA, 1917) foi poetisa, romancista, professora, compositora e folclorista. É considerada a primeira escritora negra do Brasil e a primeira autora de romance abolicionista em toda a língua portuguesa. Foi pioneira na denúncia da opressão a negros e mulheres no Brasil do século XIX.

Filha ilegítima, não conheceu o pai e foi criada pela tia materna. Dentro dessa família, composta de músicos, Firmina adquiriu referências culturais e o domínio da norma culta. Conheceu obras literárias do romantismo brasileiro e francês, mas, como não há registros que indiquem sua inclusão na educação formal, acredita-se que foi autodidata. Aos 22 anos, foi aprovada em concurso público para o magistério em sua terra natal, tornando-se a primeira mulher a conquistar o cargo em toda a província.

A professora fundou, em 1880, a primeira escola mista do Maranhão, com alunos brancos e negros, o que provocou escândalo à época e resultou no fechamento da instituição após dois anos e meio.

O romance *Úrsula* foi publicado por Firmina, em 1859, e assinado por Uma Maranhense.

“Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. [...] Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados [...]” Trecho do prólogo de *Úrsula*.

O livro se destaca no contexto do século XIX por trazer a perspectiva dos negros sobre a escravidão. Mesmo inseridos como personagens secundários num romance folhetim típico da estética romântica, os escravos projetam uma voz social legitimada pela escritora afrodescendente.

De maneira inédita para a época, os personagens negros ganham profundidade e contornos que destoam das recorrentes representações baseadas no paradigma racista de origem europeia. Sob perspectiva única, Mãe Suzana relata, em primeira pessoa, como foi cruelmente sequestrada na África, e como, em condições desumanas, foi separada de sua família e sua terra ao ser transportada em um navio negreiro com destino ao Brasil.

Antes do poema *O navio negreiro*, do consagrado escritor Castro Alves, Firmina já descrevia em seu livro *Úrsula* a crueldade do tráfico de pessoas sequestradas na África e transportadas nos porões dos “tumbeiros”. Contemporânea de Gonçalves Dias e contemporânea dele, de Castro Alves e de José de Alencar, a escritora não faz parte do currículo escolar de literatura brasileira.

Em *Úrsula*, a crítica da escritora abrange também o retrato lamentável da condição feminina da época ao delinear personagens como o pai de Tancredo ou o comendador, tiranos não só de escravos, mas também de mulheres.

O trabalho dessa maranhense ficou anônimo e esquecido por mais de um século e, mesmo após seu resgate e republicação da obra, a partir da década de 1970, continua pouco conhecido.

Em 2018, a Edições Câmara publicou, pela série Prazer de ler, a coletânea *Úrsula e outras obras*, que reúne *Úrsula*, *Gupeva*, *A escrava e Cantos à beira-mar*, de Maria Firmina dos Reis.





Adélia Josefina de Castro **Fonseca** (Salvador, BA, 1827 – Rio de Janeiro, RJ, 1920), poetisa, é a autora do livro *Ecoss da minh'alma*, dedicado à imperatriz Teresa Cristina, esposa do imperador D. Pedro II. Sabia Francês, declamava poemas, tocava piano e pintava. Publicava seus poemas em periódicos e livros, sendo colaboradora constante do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, *Gazeta de Notícias*, *Semana Ilustrada* e *O Domingo*, do Rio de Janeiro; *A Época Literária*, de Salvador; e *Correio de Vitória*, do Espírito Santo. Seus poemas receberam crítica elogiosa de Machado de Assis.

No final de sua vida, Adélia ingressou no convento de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, tomando o nome de Madre Maria José de Jesus. Grande parte de sua obra se perdeu.

Maria Angélica **Ribeiro** (Vila de Parati, atual Angra dos Reis, RJ, 1829 – Rio de Janeiro, RJ, 1880) inaugurou uma tradição dramática feminina no Brasil, tendo escrito mais de vinte textos para teatro. Ela não foi a primeira dramaturga do país – já no século XVIII, pelo menos três mulheres escreveram peças teatrais no Brasil: **Maria Josefa Barreto**, **Beatriz Francisca de Assis Brandão** e a **Anônima e Ilustre Senhora da Cidade de São Paulo**, autora do drama *Tristes Efeitos do Amor*, datado de 1797 –, mas sua atuação merece destaque tanto pela assiduidade quanto pela exclusividade com que Maria Ribeiro se dedicou à escrita e à tradução do gênero dramático.

Órfã de pai, Maria Ribeiro recebeu educação aprimorada de seu tutor, o Brigadeiro Antônio Bracet. Aos doze anos, já escrevia versos, e pouco depois colaborou em revistas sob o pseudônimo de Nênia Silva. Casou-se aos quatorze anos e, aos 25, passou a investir na carreira literária. Em maio de 1855, buscando alívio pela morte de seu filho caçula, Maria escreveu seu primeiro texto teatral, *Guite ou A feiticeira dos desfiladeiros negros*, e obteve aprovação do Conservatório Dramático e louvores do seu presidente, Diogo de Bivar. Em 1856, escreveu os dramas *Paulina* e *A aventureira de Vaucloux*, também aprovados pelo Conservatório.

Seu marido, João Caetano Ribeiro, era um dos mais aplaudidos e atuantes cenógrafos da Corte brasileira em sua época – o que provavelmente tenha contribuído para referendar a atuação de Maria como dramaturga.

Seu drama em quatro atos *Gabriela* foi encenado no Teatro Ginásio Dramático em 1863, e recebeu acolhida favorável do público e da crítica, com manifestações positivas de Machado de Assis e Visconti Coaraci no *Jornal do Commercio*.

Em 1865, o Ginásio Dramático abriu novamente as portas para a representação de outra peça de sua autoria, o drama em cinco atos *Cancros sociais*, espelho da época, que refletiu questões sociais e familiares, com personagens que se utilizavam do cenário político para manter questões éticas e religiosas. Aplaudido calorosamente pelo público e pela imprensa local, recebeu críticas favoráveis em jornais como *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio*.

“As europeias sim, essas inteligentes e talentosas, podem estudar e escrever; poetar ou compor dramas e romances; podem satisfazer as ambições da sua alma, ter culto e conquistar renome. Entre nós, não, que nada disso se pode dar! O que sai de lavra feminina, ou não presta ou é trabalho de homem. E nesta última suposição, vai uma ideia oculta e desonesta. E para que compraríamos, nós, mulheres, a fama de sermos autoras de trabalhos que não fossem nossos, se com ela nada ganhamos, nem temos possibilidade de obter lugar ou emprego pelos nossos méritos literários? Valem-nos eles de coisa alguma?” [...]

(Desabafos de uma autora do séc. XIX, Prefácio de *Cancros Sociais*, Maria Ribeiro).

Em sua comédia *Ressurreição do Primo Basílio*, Maria Ribeiro, sob o pseudônimo de Um Calouro, teatralizou em forma de paródia o então recém-publicado romance do escritor português Eça de Queiroz, defendendo e satirizando “os distintos apologistas da literatura realista”.



Luíza Amélia de Queiroz Brandão (Piracuruca, PI, 1838 – Parnaíba, PI, 1898) é considerada a primeira poetisa piauiense. Publicou poemas em jornais e revistas, como o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Escreveu *Flores incultas* (1875) e *Georgina ou os efeitos do amor* (1893).

No primeiro aniversário de sua morte, a poetisa foi homenageada com edição única do jornal *Polyanthea*, com textos de amigos de Luíza Amélia. É patrona da cadeira 28 da Academia Piauiense de Letras.

Seus poemas são de estilo romântico, tendo elementos como nacionalismo e patriotismo, religiosidade, subjetividade e sentido passional. Mas trazem expressões de anseios femininos, abordando os limites da mulher na sociedade oitocentista e suas angústias.



Josefina Álvares de Azevedo (dados biográficos inexatos), jornalista, poetisa, biógrafa e dramaturga, foi presença intelectual de destaque no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Suposta irmã do poeta Álvares Azevedo, participou de intensa campanha pela emancipação civil da mulher. Fundou o jornal *A Família*, “dedicado à educação da mãe de família”, em 1888, inicialmente em São Paulo, transferindo-o para o Rio de Janeiro, onde foi publicado até 1897.

De início, o periódico trazia poemas, receitas culinárias, a vida teatral da capital e pequenas piadas, tendo como meta falar sobre os deveres da mulher, esposa e mãe. O novo sistema político, contudo, traria como tema principal o lugar da mulher na sociedade republicana que então se iniciava. Para divulgar seu jornal e suas ideias, Josefina percorreu as principais cidades do Brasil na defesa da emancipação feminina, que só se realizaria pela educação, pelo trabalho e pela participação política, o que para a época era bastante arrojado.

Em 1890, publicou, em folhetim de *A Família*, a comédia *O voto feminino*, que discutia a questão do poder na República nascente. Na peça, a análise das relações de poder, especialmente entre gêneros, começa, na verdade, pelo cotidiano doméstico.

Numa cena de *O voto feminino*, dialogam a criada da casa, Joaquina, e seu namorado, um soldado. Falam da inversão dos papéis num futuro próximo:

*“Joaquina: — As mulheres agora vão ser como os homens.
— Como os homens? E os homens?
— Como as mulheres. [...] Agora somos nós que vamos para os empregos. [...]
— E eu que fico fazendo?
— Tu não precisas trabalhar, tu ficas em casa.*

O soldado, sozinho, reflete:

‘[...] se isto acontecer, serei obrigado a escamar o peixe, limpar o quarto da mulher, lavar a roupa e fazer a goma para as saias! Isto põe um homem na espinha! Cozinhar, eu? [...] Prefiro morrer de fome a ter de mexer em panelas!’

Mulher culta, professora e leitora voraz de livros e periódicos estrangeiros, manteve correspondência com destacadas personalidades dos Estados Unidos, fato que a teria influenciado, entre outras coisas, a se engajar no combate ao regime escravocrata e na defesa dos direitos da mulher.

Além de sufragista, Josefina era divorcista. Nas páginas de seu jornal e obras impressas em livro, exaltou mulheres que trabalhavam e se profissionalizavam em carreiras antes inacessíveis. Editou, inclusive, em 1897, a *Galeria ilustre, mulheres célebres – compilação de biografias de brasileiras ilustres*, possivelmente derivada da coletânea já apresentada no jornal.



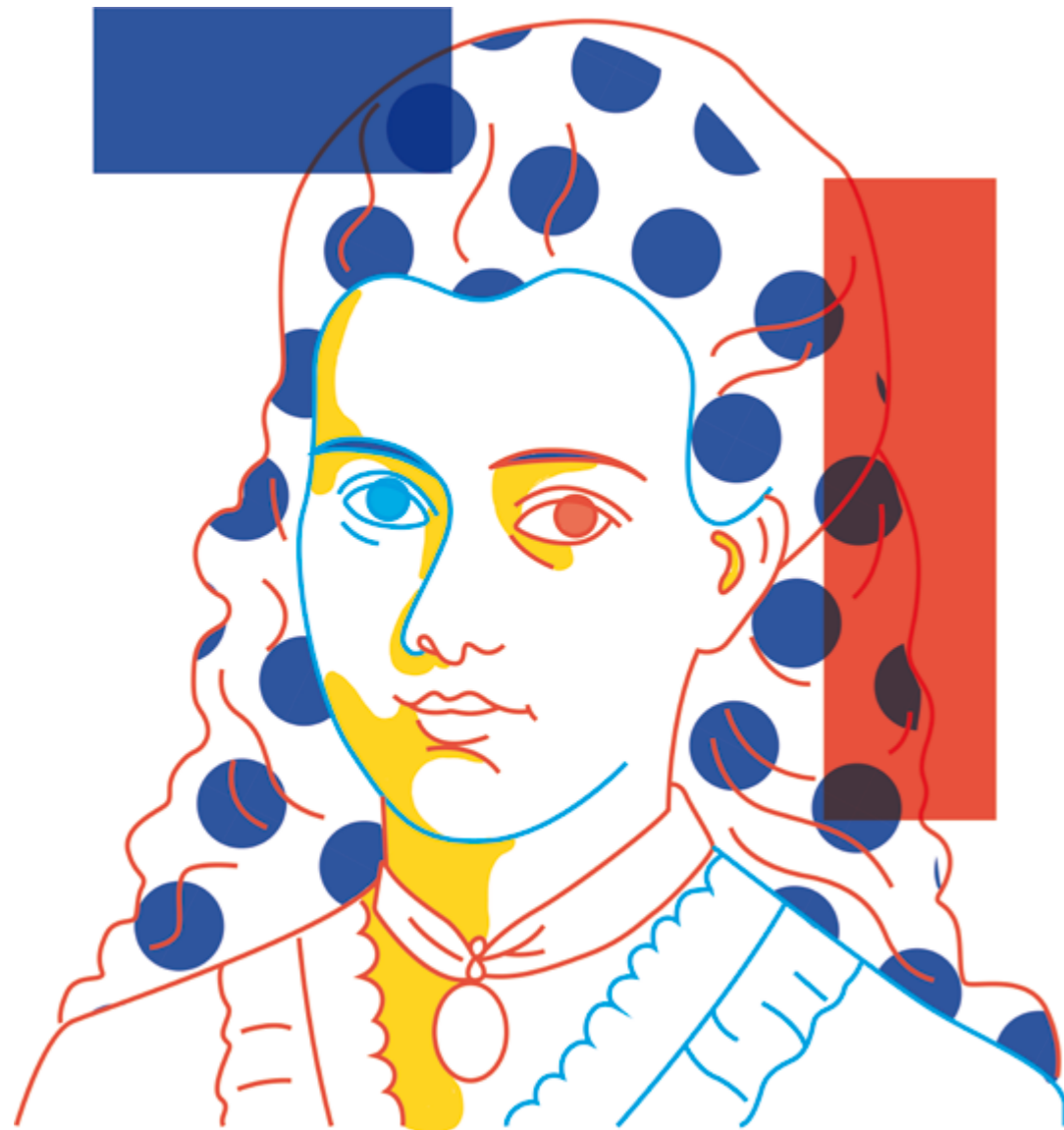
Carmem Dolores é o pseudônimo mais conhecido de Emília Moncorvo Bandeira de Melo (Rio de Janeiro, 1852 – 1910). Romancista, contista, cronista, crítica literária, conferencista e jornalista. Começou publicando contos no jornal *O País* – periódico matutino que por muito tempo teve a maior tiragem da América do Sul – e chegou às crônicas ocupando um espaço privilegiado: duas colunas inteiras na primeira página à esquerda, todos os domingos, entre 1905 e 1910, até sua morte. Gilberto Amado, que a substituiu em seguida, afirma que os maiores nomes das letras escreviam para *O País*, sendo Carmem “a mais bem paga [...] recebia mais que o jornalista Carlos de Laet”.

O crítico literário Agripino Grieco a considerou “uma argumentadora máscula”. O historiador Brito Broca lembrou a necessidade de Carmem Dolores “desdobrar-se em colaboração permanente em jornais e revistas”, destacando, ainda, seu espírito reivindicatório em favor de um novo lugar para a mulher, através de crônicas e outros textos em que o tema predominante era o divórcio.

O País dedicou uma matéria à memória de sua colaboradora no dia seguinte a sua morte, destacando a originalidade e a força de sua obra. O cronista João do Rio afirmou que “Carmem Dolores era dos poucos escritores que representavam bem o nosso grande momento de transformação [...] As suas crônicas são o mais exato documento do momento [...] Certo era bem mulher. A sua extraordinária suscetibilidade, a sua *coquetterie*, a leve irritação em questão de detalhe mundano provam-no bem [...] mas na mulher fulgurava um talento másculo, um observador, uma segurança de análise de fatos e das almas verdadeiramente excepcionais e uma coragem espantosa”.

Publicou alguns livros, como *Um drama na roça* (1907) e *A Luta* (1911), e deixou numerosos escritos esparsos na imprensa e inéditos.

Sua filha primogênita, Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos (Rio de Janeiro, 1870 – 1948), mais conhecida como **Chrysanthème**, também estreou cedo nas letras, incentivada pela mãe, tendo publicado contos e crônicas em jornais e revistas do Rio de Janeiro, além de romances, literatura infantil e ficção histórica.



Narcisa Amália de Oliveira Campos (São João da Barra, RJ, 1852 – Rio de Janeiro, RJ, 1924) foi poetisa, professora e a primeira mulher no Brasil a se profissionalizar como jornalista, tendo alcançado projeção em todo o país com artigos em favor da abolição da escravatura, na defesa dos direitos da mulher e dos oprimidos em geral.

Em 1872 publicou seu primeiro e único livro de poesia, com versos expressivos do Romantismo, os quais exaltam a natureza e a pátria e relembram a infância: *Nebulosas*, que alcançou grande repercussão nos meios literários. O crítico literário Sílvio Romero e o escritor Machado de Assis louvaram o talento de Narcisa, e o imperador D. Pedro II também a elogiou, mostrando interesse em visitar a autora, quando esteve em Resende.

Chegou a ser difamada publicamente pelo escritor Múcio Teixeira, o Barão de Ergonte, que em artigo pela imprensa acusou Narcisa de não ser a autora de *Nebulosas* – calúnia que só muito mais tarde, em 1949, foi inteiramente desfeita pelo estudo bibliográfico realizado por Antônio Simões dos Reis.

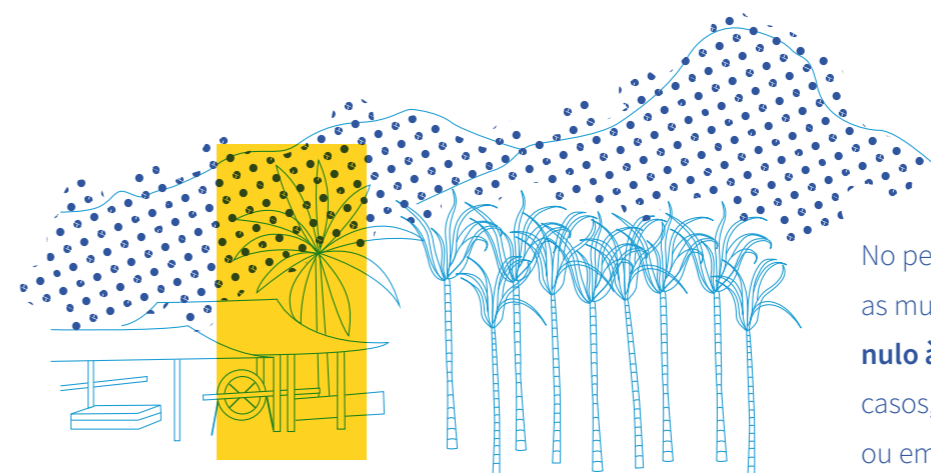
Vários de seus textos foram estampados na imprensa, reafirmando sempre a necessidade do reconhecimento intelectual da mulher. É uma das raras escritoras do século XIX a ser mencionada em histórias da literatura brasileira.



Anália Franco (dados biográficos inexatos) foi educadora e escritora. Fundou inúmeros asilos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Preocupada com a educação infantil, escreveu poemas, contos, diálogos e pequenas peças para serem representadas e dramatizações escolares de textos literários conhecidos. Para orientação dos professores, escreveu livros didáticos nos quais procurou aplicar os princípios da escola nova.

Colaborou, de forma bastante ativa, em revistas feministas, como *A Mensageira*, *A Família* e *O Eco das Damas* e no *Almanaque das Senhoras*, de Lisboa. Fundou e dirigiu também *O Álbum das Meninas*, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras, cuja edição iniciou, em 1898, e onde publicou a maior parte de seus contos e romances.



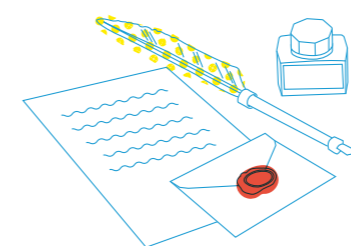
No período do **Brasil Colonial**, as mulheres tiveram **acesso restrito ou nulo à escolarização**, podendo, em alguns casos, estudar em casa, com preceptores, ou em alguns conventos.

Em **1827** surgiu a **primeira lei sobre educação das mulheres**, permitindo que elas frequentassem as escolas elementares. As instituições de ensino superior lhes eram proibidas.

O ingresso feminino na escola pública só ocorreu no país após a fundação da **Escola Normal**, em **1880**, na corte do Rio de Janeiro.

O advento da **República** (1889) trouxe ideais liberais e democráticos, apontando para uma suposta igualdade, na qual o saber era fundamental. Sob o novo regime, a mulher devia ser instruída, ir à escola, passando a escrever e **aspirando à vida de escritora**.

No início do governo republicano, o **Rio de Janeiro** passou por modernizações e ampliações **urbanísticas**. A Rua do Ouvidor tornou-se um centro de alto comércio, por onde desfilavam as últimas e sofisticadas modas francesas. As escritoras foram testemunhas dessa transição da vida brasileira que copiava a **Belle Époque de Paris**.



Muitas mulheres, confinadas dentro de casa, escreviam apenas em **diários**, fazendo anotações de conselhos, receitas ou trocando **correspondências**. Outras escreviam textos pedagógicos e de literatura escolar. Escrever era para as mulheres como a **extensão da atividade de ser mãe, esposa ou professora**, já que exercer outras profissões era algo distante.

Nos anos 1800, a vocação intelectual ficava restrita às limitações impostas pela sociedade. As oportunidades começaram a ser ampliadas principalmente para as mulheres da elite brasileira. Algumas se envolveram com as questões educacionais ou nos **jornais dos maridos**, sustentando as famílias como professoras ou escritoras. Outras começaram a publicar por terem **familiares ligados às letras**.

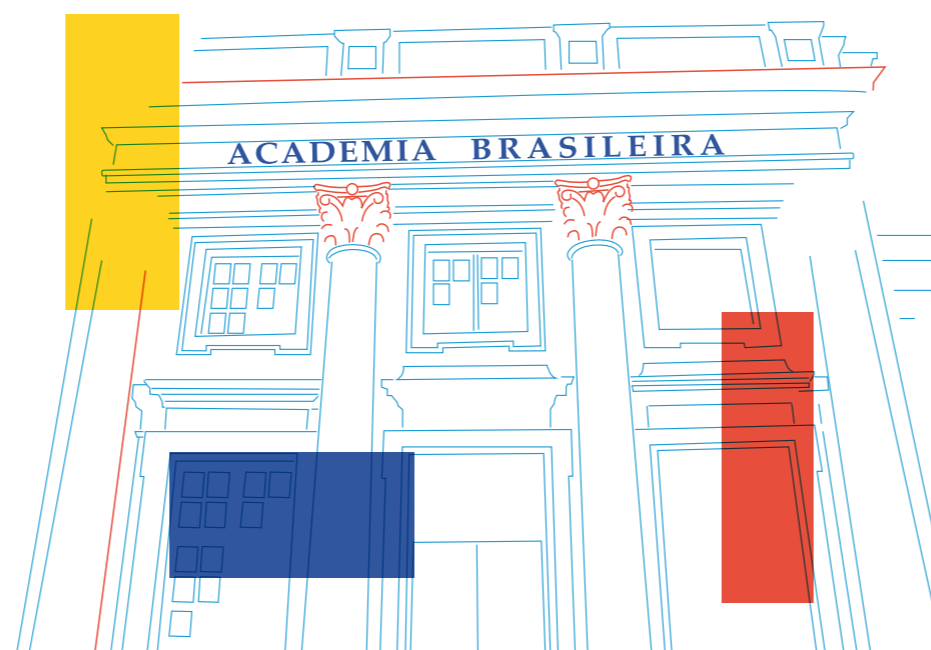


Para as mulheres do século XIX, escrever constituiu-se uma espécie de **ensaio de identidade e autonomia**.

A demonstração do conhecimento de outros textos, línguas e autores caracterizou a produção das mulheres nos anos 1800 como forma de afirmar seu pertencimento a um mundo até então inacessível. As dedicatórias aos familiares, sobretudo aos pais e promotores e à **rede de amigas**, demonstram um universo de relações e a necessidade de serem aceitas pela sociedade. Havia uma recorrência da crítica em **duvidar da autenticidade ou da temática** dos escritos feitos por uma mulher.

As instâncias de consagração e de glória constituíam a meta quase que inatingível para muitas das escritoras. Obter uma cadeira na **Academia Brasileira de Letras**, por exemplo, aparecia, frequentemente, como desejo de realização.

A Academia Brasileira de Letras (ABL), sediada no Rio de Janeiro, foi inaugurada em 20 de julho de **1897**, com o objetivo de cultivar a língua e a literatura nacionais. É composta de quarenta membros brasileiros efetivos perpétuos e de vinte membros correspondentes estrangeiros.



A escritora **Júlia Lopes de Almeida**, uma das escritoras mais publicadas no Brasil da chamada Primeira República (1889—1930), integrava o grupo de escritores e intelectuais que planejou a criação da ABL. Seu nome constava da primeira lista dos 40 "imortais" que fundariam a entidade. Na primeira reunião da ABL, porém, seu **nome** foi **excluído**. Os fundadores optaram por manter a ABL **exclusivamente masculina**, da mesma forma que a Academia Francesa, que lhes servia de modelo. No lugar de Júlia Lopes, entrou justamente o seu marido, Filinto de Almeida, que chegou a ser chamado de "acadêmico consorte".

Quando da primeira candidatura feminina à ABL, em **1930**, **Amélia Bevilacqua** foi rejeitada, sob a justificativa de que o vocábulo "brasileiros" restringiria suas vagas apenas ao sexo masculino. A segunda mulher a tentar participar do círculo de literatos imortais foi Dinah Silveira Queiroz (São Paulo, SP, 1911 — Rio de Janeiro, RJ, 1982), cuja candidatura também foi rejeitada.

O **veto à participação de mulheres só terminou** em **1977**, com a eleição de **Rachel de Queiroz** (Fortaleza, CE, 1910 — Rio de Janeiro, RJ, 2003). A partir dos anos setenta, outras poucas mulheres ocuparam cadeiras na ABL. Em 1980, **Dinah Silveira de Queiroz** foi finalmente eleita. **Zélia Gattai** (São Paulo, SP, 1916 — Salvador, BA, 2008) foi eleita em 2001.

Atualmente há **5** mulheres dentre os quarenta imortais da ABL: **Lygia Fagundes Telles**, que entrou para a Academia em 1985; **Nélida Piñon**, eleita em 1989 (primeira mulher a presidir a ABL, entre 1996 e 1997); **Ana Maria Machado**, escolhida em 2003; **Cleonice Berardinelli**, desde 2009; e **Rosiska Darcy de Oliveira**, desde 2013.



Maria **Ignez Sabino** Pinho Maia (Salvador, BA, 1853 – 1911) foi poetisa, contista, romancista, memorialista e biógrafa. Seu nome merece ser lembrado principalmente por sua ação na luta dos direitos das mulheres, por seus artigos na imprensa e por seu livro *Mulheres ilustres do Brasil*, que traz biografias de várias brasileiras, em diferentes profissões e histórias de vida. A obra, editada em 1899, foi escolhida como primeiro título da Editora das Mulheres, publicado em 1996.

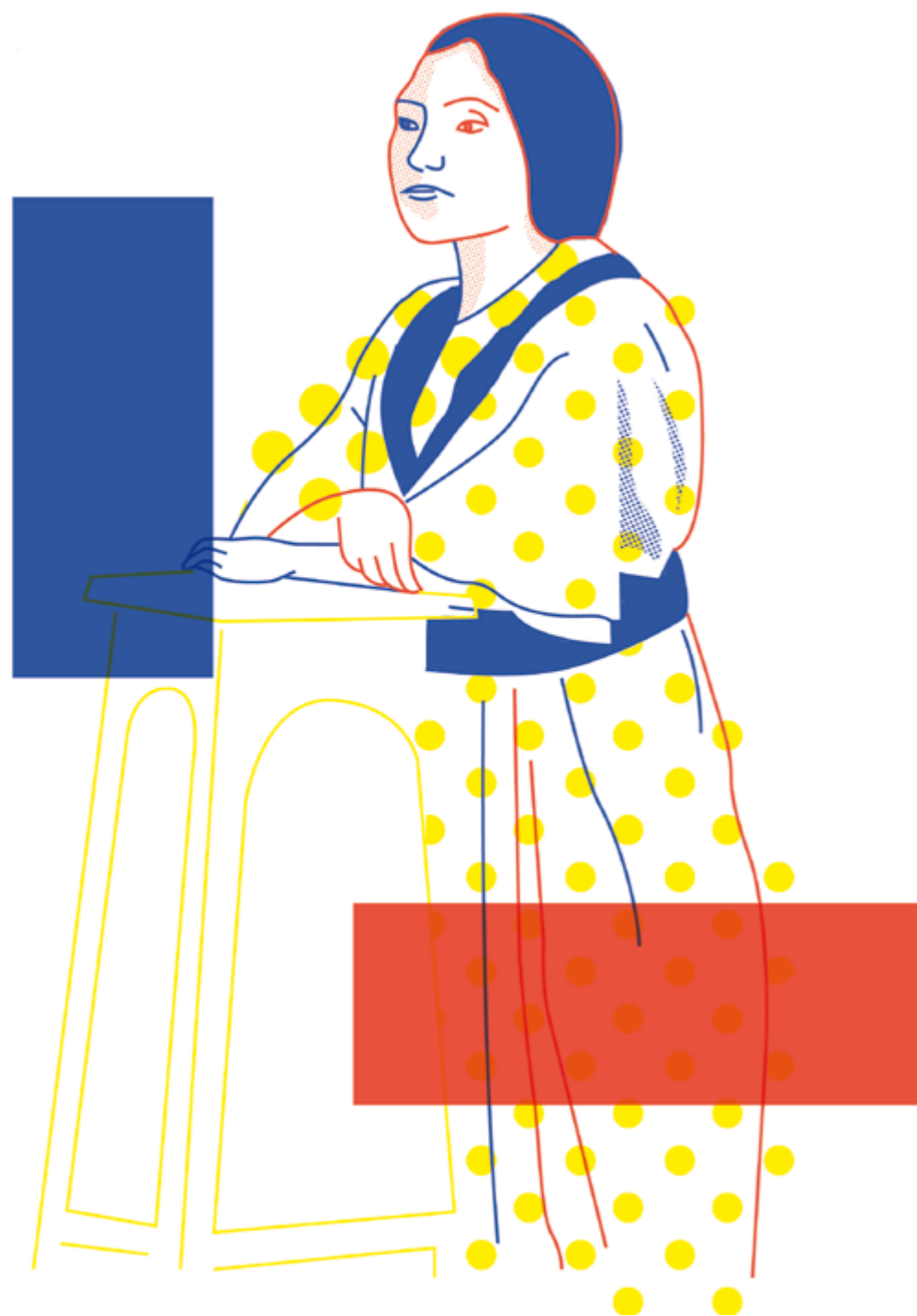


Maria Benedita Câmara Bormann, conhecida como **Délia** (Porto Alegre, RS, 1853 – Rio de Janeiro, RJ, 1895), foi romancista, novelista, jornalista, pintora, pianista e cantora. Era mulher culta e se iniciou como escritora aos quatorze anos, escrevendo crônicas para jornais cariocas (*O Sorriso*, *O País*, *O Cruzeiro* e *Gazeta da Tarde*). De cronista passou a romancista, escrevendo folhetins ultrarromânticos, segundo a moda literária da época. A partir de 1883, publicou romances que fixavam a visão social fluminense em aspectos e conflitos sempre em torno da figura feminina e dos preconceitos que tolhiam sua liberdade.

Publicou *Aurélia* (1883), *Uma vítima* (1884) e *Celeste* (1895), entre outros livros. Seus temas eram a profissão e a satisfação dos desejos da mulher, o que a coloca como uma das primeiras escritoras, no Brasil, a falar da sexualidade feminina.

Lésbia, publicado em 1890, inova por ser um romance de artista que põe em cena a escritora no seu percurso de reconhecimento social. O livro antecipa, ficcionalmente, algumas das questões que fazem parte da agenda da crítica feminista. Entrelaça a paixão pela leitura e pela escrita com a paixão erótica e estabelece a ligação entre a busca da protagonista por uma identidade artística, independência financeira e amorosa.

Foi caracterizada pela contemporânea Ignez Sabino como uma “Zola de saias”, por conta da presença de elementos naturalistas do escritor francês Émile Zola em sua escrita literária.



Emília de Freitas (Arati, CE, 1855 – Manaus, AM, 1908), colaboradora ativa em jornais do Ceará, Pará e Amazonas, foi uma intelectual engajada, inclusive na causa abolicionista. Com a obra *Canções do lar*, ela se tornou a primeira escritora cearense a publicar um livro de poesia.

Seu romance *A rainha do ignoto*, de 1899, foi o primeiro romance fantástico publicado no Brasil. Rotulado pela escritora como romance psicológico, ele se afasta das receitas regionalistas, naturalistas, realistas ou ultrarrealistas que se cruzavam no romance nordestino da época para se apresentar como ponto de convergência de uma diferente consciência, não só da influência do espaço regional sobre o homem, como também dos tênues limites existentes entre o real e o imaginário – muito próximo às novelas góticas europeias.

O livro mistura o fantástico imaginário com elementos bem objetivos da realidade cotidiana e social do Nordeste do final do século XIX. Conta a história de uma sociedade secreta de mulheres liderada por uma misteriosa rainha e como um rapaz encantado por ela se infiltra nessa seita feminina para descobrir quem são elas e o que fazem. Bondosa e justiceira, a chamada Rainha do Ignoto saía pelo Brasil a resgatar mulheres que sofriam de violência, solidão ou depressão, recrutando-as como suas paladinas. Essa ordem de mulheres passa a viver na Ilha do Nevoeiro, um lugar fictício que Emília de Freitas posicionou em algum lugar do litoral nordestino, e que era mantido invisível dos navegantes por meio de hipnose. Na história, as mulheres exercem o papel de engenheiras, médicas, marinheiras, generais e cientistas e desenvolvem uma sociedade independente dos homens.

Na introdução do romance, Emília escreveu: “Meu livro não tem padrinho, assim como não teve molde”, deixando claro que a autora estava se lançando ao desconhecido, motivada não pelo desejo de pertencer a uma escola literária, mas movida pela incapacidade de se conformar com a realidade de sua época. A fantasia foi sua forma de dizer que outro mundo era possível e que era preciso resgatar o poder historicamente negado à mulher.



Amélia Carolina de Freitas **Bevilacqua** (Jerumenha, PI, 1860 – Rio de Janeiro, RJ, 1946) foi escritora, jornalista e pioneira na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. O pai de Amélia, José Manuel de Freitas, magistrado de prestígio e homem de imprensa, colaborador de inúmeras folhas liberais e antiescravagistas, foi vice-presidente da província do Piauí e presidente das províncias do Maranhão e Pernambuco.

Amélia casou com o renomado jurista e historiador Clóvis Bevilacqua em São Luís, MA, em 1883. A relação do casal Bevilacqua foi de estímulo mútuo. Juntos escreveram *A Literatura e Direito* e dirigiram a revista carioca *Ciências e Letras*. Amélia publicou vários romances, contos, séries de conferências realizadas em suas viagens pelo norte e nordeste e teve a ousadia de candidatar-se à Academia Brasileira de Letras. Amélia foi a primeira mulher a ocupar a Academia Piauiense de Letras e, mesmo vetada na Brasileira, foi considerada pela maioria dos críticos que se ocuparam de seu extenso trabalho. Elogiaram-na, entre outros, Sílvio Romero, Araripe Jr. e João Ribeiro, a tríade dos críticos consagrados, todos eles amigos próximos do casal.

Entre 1902 a 1904, Amélia foi redatora-chefe da revista *O Lírio*, considerada a primeira revista feminina que surgiu no Norte redigida exclusivamente por mulheres, editada em Pernambuco, que circulou em todo o Brasil e no exterior.

As preocupações de Amélia acerca do destino da mulher repercutem em seus discursos e em seus textos literários. No romance *Angústia*, por exemplo, a autora talvez tente redimir a personagem Capitu, de *Dom Casmurro*, no personagem Teresa, mulher resoluta que se nega a dar satisfações ao marido. Vivendo com um marido que não a compreende e que suspeita de sua lealdade, a protagonista rompe definitivamente a relação conjugal e escolhe o seu próprio caminho. Teresa, honesta, mas ativa, e senhora de si, corre o risco de ser considerada adúltera, mesmo não havendo dúvida, para o leitor, de que ela é inocente. Ao que parece, a escritora não apreciou a fisionomia traçada por Machado de Assis ao definir Capitu como mulher esfinge, sedutora e sibilina.



Júlia Valentim da Silveira **Lopes de Almeida** (Rio de Janeiro, RJ, 1862 – 1934) deixou uma obra extensa, constituída de romances, contos, artigos, peças de teatro, narrativas para crianças e crônicas.

Aos dezenove anos começou a colaborar na imprensa (*Gazeta de Campinas*), com comentários sobre espetáculos de teatro. Escreveu para vários órgãos da imprensa paulista e carioca (*Jornal do Comércio*, *Ilustração Brasileira...*), por vezes assinando como Julinto ou Ecila Worms. Publicou também em jornais especialmente destinados às mulheres, como *O Sexo Feminino*, *A Família* e *A Mensageira*.

Estreou em livro em 1887, com os contos de *Traços e Iluminuras*, um sucesso de público e crítica. No ano anterior, iniciara sua produção destinada às crianças, publicando *Contos infantis*, em colaboração com sua irmã, **Adelina Lopes Vieira** (Lisboa, Portugal, 1850 – Rio de Janeiro, RJ, 1923).

Casou-se com o poeta português Filinto de Almeida, também jornalista e um dos diretores da revista carioca *A Semana*, da qual Júlia era colaboradora.

Uma de suas obras mais populares foi *O livro das noivas* (1896), tipo de manual de conduta feminina. Seu romance epistolar *Correio da roça* (1913, com várias reedições) faz uma apologia da vida útil e produtiva do campo em relação à vida fútil da cidade, alertando para o perigo do êxodo rural.

Em *A Silveirinha* (romance-folhetim publicado no *Jornal do Comércio*, de abril a maio de 1913, e, posteriormente, em livro), Júlia enfoca a vida urbana das famílias abastadas que formavam a sociedade carioca. O tema central é a luta da jovem Silveirinha para converter o marido ateu.



Presciliana Duarte de Almeida (Pouso Alegre, MG, 1867 – São Paulo, SP, 1944), prima de Júlia Lopes de Almeida e de Adelina Lopes Vieira, foi uma articuladora da nascente expressão literária feminina brasileira no entresséculos. Destacou-se particularmente por seu desempenho à frente da revista *A Mensageira*, que idealizou e fez concretizar junto com o marido, Sílvio de Almeida. O casal fundou um colégio, que funcionava em sua própria residência, e se empenhou no movimento pedagógico renovador que se iniciava no Brasil.

Presciliana escreveu várias peças de teatro infantil, encenadas por grupos estudantis. Em 1909, colaborou com o marido para a fundação da Academia Paulista de Letras, tendo sido eleita como membro-fundadora (cadeira para a qual ela escolheu, como patrona, Bárbara Heliadora, sua trisavó). Estreou em livro em 1890, com os poemas de *Rumorejos*, que incluía também versos de Maria Clara da Cunha Santos (1866–1911).



Amélia Mariano de Oliveira (Palmital de Saquarema, RJ, 1868 — Rio de Janeiro, RJ, 1945) teve poucos poemas publicados em vida, e a maioria com o pseudônimo de Emília da Paz. Sua poesia foi publicada em um volume, em 1959, sob o título de *Póstuma*, com organização do pesquisador Elmo Elton. Ficou conhecida como a eterna noiva de Olavo Bilac e musa da obra *Via Láctea*.

Tinha dez irmãos, todos intelectuais, sendo um deles o poeta Alberto de Oliveira. A casa dos Oliveira, em Niterói, era ponto de encontro de literatos nos últimos anos do século XIX. Foi lá que o jovem Olavo Bilac se apaixonou por Amélia, tendo seu amor retribuído. Mas a vida boêmia de Bilac indispôs, contra ele, o irmão mais velho e mentor da família Oliveira, José Maria, que se opôs ao casamento.

Personagens de um autêntico drama de amor, Olavo Bilac e Amélia de Oliveira morreram solteiros. A grande paixão não realizada sobreviveu a ambos, transfigurada em poesia e em cartas amorosas que, em 1957, foram doadas pela família à Academia Brasileira de Letras.

Numa das cartas, o escritor Olavo Bilac repreendeu a publicação de um soneto da amada no *Almanaque da Gazeta de Notícias*:

Minha Amélia (...) Não me agradou ver um soneto teu (...) desagradou-me a sua publicação. Previ logo que andava naquilo o dedo do Bernardo ou do Alberto. Tu, criteriosa como és, não o farias por tua própria vontade (...) Há uma frase de Ramalho Ortigão, que é uma das maiores verdades que tenho lido: - O primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida. - Não é uma grande verdade? (...) há em Portugal e Brasil cem ou mais mulheres que escrevem. Não há nenhuma delas de quem não se fale mal, com ou sem razão. (...) Não quer isto dizer que não faças versos, pelo contrário. Quero que os faças, muitos, para os teus irmãos, para as tuas amigas, e principalmente para mim, - mas nunca para o público. (...)

Teu noivo Olavo Bilac.

São Paulo, 7 de fevereiro de 1888

In *Vidas de romance — As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos*, de Maria de Lourdes Eleutério.



Francisca Júlia da Silva Münster (Xiririca, atual Eldorado, SP, 1871 – São Paulo, SP, 1920) destacou-se na poesia brasileira pela austeridade parnasiana assumida. Aos dezoito anos, estreou como poetisa nas páginas do *Estado de S.Paulo*. A partir de 1892, divulgou sua poesia nos jornais paulistas *Correio Paulistano* e *Diário Popular*, e em dois periódicos cariocas: *O Álbum*, mantido por Artur Azevedo, e *A Semana*, dirigido por Valentim Magalhães.

Conta-se que João Ribeiro, um dos árbitros intelectuais da época, ao ler *Musa Impassível*, publicado nas páginas de *A Semana*, em 1893, não acreditou que o soneto tivesse sido escrito por uma mulher e atribuiu a autoria a Raimundo Correia. O engano desdobra-se pela trinca parnasiana célebre: não sendo de Raimundo, este considera os versos de Olavo Bilac, que sentencia: “Não é meu nem do Raimundo, só pode ser de Alberto de Oliveira. Não há dúvida, é molecagem do Alberto esse pseudônimo feminino”. Esclarecida a verdade, Francisca Júlia passou a ser conhecida e admirada nos meios culturais da época.

Musa impassível

Francisca Júlia

*Musa! um gesto sequer de dor ou de sincero
Luto jamais te afeie o cândido semblante!
Diante de um Jó, conserva o mesmo orgulho; e diante
De um morto, o mesmo olhar e sobreceño austero.*

*Em teus olhos não quero a lágrima; não quero
Em tua boca o suave e idílico descante.
Celebra ora um fantasma anguiforme de Dante,
Ora o vulto marcial de um guerreiro de Homero.*

*Dá-me o hemistíquio d'ouro, a imagem atrativa;
A rima, cujo som, de uma harmonia crebra,
Cante aos ouvidos d'alma; a estrofe limpa e viva;*

*Versos que lembrem, com seus bárbaros ruídos,
Ora o áspero rumor de um calhau que se quebra,
Ora o surdo rumor de mármore partidos.*

Em 1895, lança seu primeiro livro, *Mármore*, prefaciado por João Ribeiro e recebido entusiasticamente em todo o país, com críticas consagradoras, como as escritas por Olavo Bilac e Araripe Júnior.

Preocupada também com o estímulo à leitura e à sensibilidade das crianças na escola, escreve *O livro da infância* (1899), prefaciado por seu irmão, o poeta Júlio César da Silva.

Em 1903, lança um novo livro de poesia: *Esfinges*.



Alma brasileira

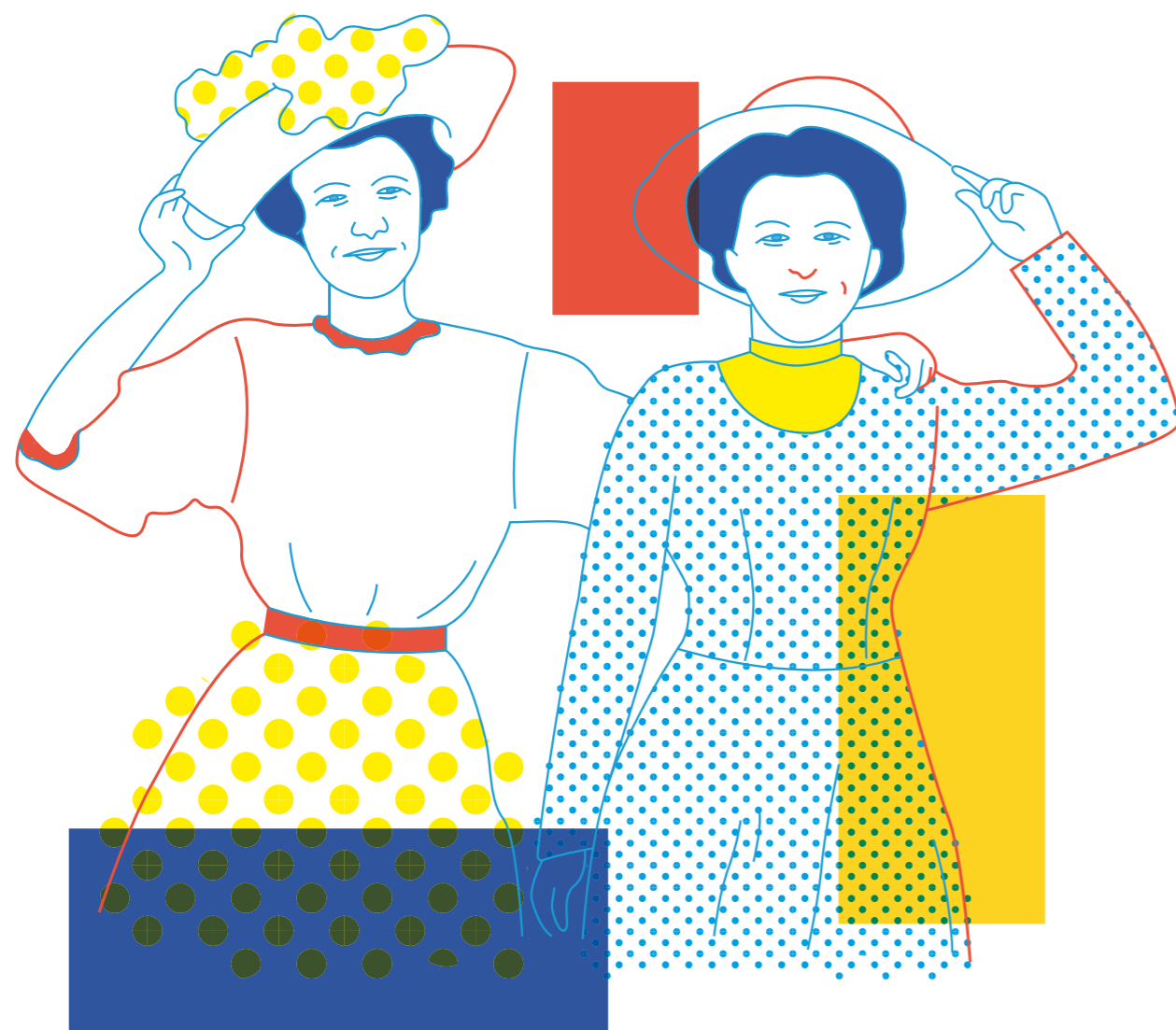
Algumas pioneiras de nossas letras não nasceram no Brasil, mas viveram quase toda a vida no país e aqui publicaram. Eis algumas dessas estrangeiras de alma brasileira.

Joana Paula Manso de Noronha (Argentina, 1819 – ?) foi escritora, tradutora, jornalista, professora e pioneira do feminismo na Argentina, Brasil e Uruguai. Tornou-se cidadã brasileira para poder estudar medicina. Dirigiu *O Jornal das Senhoras*, o primeiro jornal latino-americano destinado às mulheres. No primeiro número do periódico, publicado em 1º de janeiro de 1852, ela escreve:

“Ora pois, uma senhora à testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será? Contudo em França, em Inglaterra, na Itália, na Espanha, nos Estados Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundam de senhoras dedicadas à literatura colaborando em diferentes jornais. Porventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas ideias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade?”

Ao longo de sua vida, Joana comprometeu-se com o projeto de educação popular e é considerada uma das iniciadoras do movimento de coeducação (educação conjunta para homens e mulheres).

Maria Benedita de Oliveira Barbosa, mais conhecida como **Zaira Americana** (Argentina, ? – Rio de Janeiro, RJ, 1886) publicou um livro de viés moral, intitulado *Mostra as imensas vantagens que a sociedade inteira obtém da ilustração, virtudes e perfeita educação da mulher, como mãe e esposa do homem*. Orienta sua obra para o resgate da dignidade feminina, mostrando às leitoras a relevância de dominar as diversas áreas do conhecimento, visando sempre à liberdade nas relações sociais e à igualdade entre homens e mulheres.



Antes do século XIX

Infelizmente há pouca informação sobre as brasileiras que se aventuraram a escrever e publicar antes do século XIX. A maior parte de suas obras se perdeu, desprezada pela crítica e pela historiografia. Destacamos aqui algumas dessas vanguardistas:

Rita Joana de Sousa (Olinda, PE, ? – ?) foi poetisa, pintora, filósofa e historiadora. Seus manuscritos desapareceram. Foi o Padre Manuel Tavares que, sob o pseudônimo de Diogo Manuel Aires de Azevedo, trouxe à tona o nome da jovem escritora, com a publicação, em 1734, em Lisboa, do seu *Portugal ilustrado pelo sexo feminino*, no qual diz, sem referências nem exemplos concretos, que “Rita Joana de Sousa foi mulher sapientíssima. Soube Filosofia Natural compondo sobre ela diversos opúsculos. Deu-se sobretudo à lição das *Histórias de Espanha e França* com tal aplicação, que ajudada da sua viva compreensão, veio a ser nelas confirmadíssima”. Outros estudiosos copiaram os comentários do padre e/ou inventaram sobre a escritora.

Teresa Margarida da Silva Horta (São Paulo, SP, 1711 – Lisboa, Portugal, 1793) é considerada a primeira mulher a escrever ficção em Língua Portuguesa. Seu pai era um homem de origem simples que adquirira uma fortuna prodigiosa no Brasil e ascendeu socialmente comprando o cargo de provedor da Casa da Moeda de Lisboa, um dos mais cobiçados do reino. Teresa nasceu em terras brasileiras e se mudou ainda criança com a família para Lisboa, onde estudou para seguir a vida religiosa, mas, contrariando a vontade do pai, casou e teve 12 filhos. Conviveu com figuras de destaque da sociedade portuguesa, como Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V.

Acusada de mentir ao rei, por ordem do Marquês de Pombal, Teresa foi mantida em cativeiro, durante sete anos, no Mosteiro de Ferreira de Aves.

Publicou no ano de 1752, em Lisboa, sob o pseudônimo de Dorotéia Engrássia Tavadra Dalmira, o romance *Aventuras de Diófanos*, cujo título original é: *Máximas de virtude e formosura com que Diófanos, Climinéia e Hemirena, príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça*.

Ângela do Amaral Rangel (Rio de Janeiro, RJ, 1725 – ?), poetisa, ficou conhecida como a Ceguinha. Nasceu numa família de posses. Sua instrução, apesar de adquirida auditivamente – pois ainda não existia educação especial para os deficientes visuais –, foi considerada satisfatória para uma mulher da época e incluía o domínio da língua espanhola. Ângela deve ter sido a primeira poetisa brasileira a ter seus versos publicados antes de 1822. Também foi a primeira voz feminina, registrada por historiadores, a se expressar na poesia brasileira diante dos intelectuais da época, na Academia dos Seletos, em 1752.

Não foram identificadas imagens relacionadas às autoras.



Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira (São João del Rey, MG, 1759 – São Gonçalo de Sapucaí, MG, 1819) foi uma poetisa, mineradora e ativista política brasileira, considerada uma das musas e heroínas da Inconfidência. Perdura na memória brasileira por ter sido esposa do poeta árcade Inácio José de Alvarenga Peixoto, companheira que o teria apoiado na idealização do plano da conspiração mineira. Publicou *Conselhos a meus filhos*, doze sextilhas incluídas nas *Obras poéticas de Inácio de Alvarenga Peixoto*, reunidas pelo historiador Norberto de Sousa Silva, em 1865.



As ilustrações que compõem a mostra e este catálogo são interpretações gráficas de retratos das escritoras, assim como a imagem da identidade visual da exposição, referente à pintura *Um canto do meu ateliê* (1884), de Abigail de Andrade. Essa pintora e desenhista foi a primeira brasileira a ser premiada com uma medalha de ouro em uma exposição geral — fato que representou o início de uma visibilidade institucional para as mulheres artistas no Brasil do fim do século XIX.

REFERÊNCIAS

A MENSAGEIRA: revista literária dedicada à mulher brasileira (1897-1900). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 2 v., 1987. Edição fac-similar.

BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé (Org.). *Refazendo nós*: ensaios sobre mulheres e literatura. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*: vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis, 1979.

BUARQUE, Milena. Júlia Lopes de Almeida: idealizadora da Academia Brasileira de Letras que nunca se tornou imortal. *Huffpost Brasil*, 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/milena-buarque/julia-lobes-de-almeida-idealizadora-da-academia-brasileira-de-letras-que-nunca-se-tornou-imortal_a_23239632/>. Acesso em: 3 set. 2018.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *História*, Franca, v. 30, n. 2, p. 196-213, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2018.

COELHO, Nelly. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2011)*. São Paulo: Escrituras, 2002.

D’ANGELO, Helô. Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira. *Revista Cult*, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jul. 2018.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance*: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

HISTÓRIA das mulheres na Academia Brasileira de Letras. *Tag Blog*, 2017. Disponível em: <<https://www.taglivros.com/blog/mulheres-na-academia-brasileira-de-letras/>>. Acesso em: 3 set. 2018.

KESSAMIGUIEMON, Vera L.G. A educação da mulher e a produção literária feminina na transição entre os séculos XIX e XX. *Teias*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1-15, 2002. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revista-teias/article/view/23915>>. Acesso em: 6 jul. 2015

LANÇAMENTOS Lésbia Maria Benedita Bormann (Délia). *Revista Brasil de Literatura*, Rio de Janeiro, ano 1, 1998. Disponível em: <<http://lfilipe.tripod.com/lesbia.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

LIMA, Juliana. Qual a importância de “Úrsula”, obra do Romantismo de que pouca gente ouviu falar. *Nexo*, São Paulo, 15 de jun. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/15/Qual-a-import%C3%A2ncia-de-%E2%80%98%C3%A9Arsula%E2%80%99-obra-do-Romantismo-de-que-pouca-gente-ouviu-falar>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

MASSUELA, Amanda. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. *CULT*, São Paulo, 5 fev. 2018, Seção Literatura. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MUZART, Zahidé (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

_____. A Editora Mulheres. In: MESA-REDONDA AVENTURAS EDITORIAIS, 2., 2003, Florianópolis. [*Depoimento apresentado...*]. Disponível em: <<http://escritoriolivro.com.br/oficios/mulheres.php#>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MENEGUETTI, Bruna. No centenário de morte, primeira autora negra do Brasil ganha reedição. *Estadão*, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,no-centenario-de-morte-primeira-autora-negra-do-brasil-ganha-reedioao,70001909178>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

OLIVEIRA, Anna Olga Prudente de; MARTINS, Marcia A. P. Nísia Floresta e direitos das mulheres e injustiça dos homens: uma tradução em busca do original. *Scripta Uniandrade*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 25-45, 2012.

PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa. *Contestado fruto*: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868). 2009. 524 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

_____. A poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868). *Navegações*, Porto Alegre, v. 3, p. 17-26, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navega-coes/article/viewFile/7182/5180>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

REZENDE, Jussara. Mulheres escritoras no Brasil Romântico. *Blog Jussara Neves Rezende*, 2012. Disponível em: <<http://www.jussaraneves.com.br/2012/03/mulheres-escritoras-no-brasil-romantico.html>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

SABINO, D. Ignez. *Mulheres ilustres do Brasil*. Rio de Janeiro: Mulheres, 1996.

SILVA, Evander Ruthieri da. De leões sem garras e homens eruditos: visões do masculino em Lésbia (1890), de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 34, 2017.

VALEK, Aline. Emília de Freitas, pioneira na literatura fantástica brasileira. *Carta Capital*, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/a-mulher-que-inaugurou-a-literatura-fantastica-brasileira>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

VASCO, Sttela. Para ler mais mulheres: por que ainda conhecemos tão pouco sobre nossas escritoras. *Portal Cultura Alternativa*, 2018. Disponível em: <<http://culturaalternativa.com.br/para-ler-mais-mulheres-por-que-ainda-conhecemos-tao-pouco-sobre-nossas-escritoras/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.



Câmara dos Deputados	Coordenação do Projeto Secretaria de Comunicação Social Centro Cultural Câmara dos Deputados
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Secretário de Comunicação Social Márcio Marinho (PRB/BA)
Presidente Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Diretor Executivo de Comunicação Social David Miranda
1º Vice-Presidente Fábio Ramalho (PMDB/MG)	Diretora do Centro Cultural Isabel Flecha de Lima
2º Vice-Presidente André Fufuca (PP/MA)	Núcleo de História, Arte e Cultura Coordenação Clauder Diniz
1º Secretário Giacobo (PR/PR)	Curadoria Maria Amélia Elói
2º Secretária Mariana Carvalho (PSDB/RO)	Produção Clarissa de Castro
3º Secretário JHC (PSB/AL)	Revisão Francisco de Assis Letycia de Souza
4º Secretário André de Paula (PSD/PE)	Montagem e Manutenção da Exposição André Ventorim Edson Caetano Paulo Titula Wendel Fontenele
Suplentes Dagoberto Nogueira (PDT/MS) César Halum (PRB/TO) Pedro Uczai (PT/SC) Carlos Manato (SD/ES)	Ilustrações Clara Iwanow Júlia Vieira
Procurador Parlamentar Hildo Rocha (MDB/MS)	Projeto Gráfico Ely Borges Clara Iwanow
Corregedor Parlamentar Evandro Gussi (PV/SP)	Pesquisa Isabela Aragão
Diretor-Geral Lucio Henrique Xavier Lopes	Núcleo de Museus Coordenação Marcelo Sá de Sousa
Secretário-Geral da Mesa Leonardo Augusto de Andrade Barbosa	Museóloga Luciana Scanapieco
	Conservação e Restauração Serviço de Preservação - COBEC/CEDI
	Material Gráfico Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

Agradecimentos
Constância Lima Duarte
Izabel Brandão
Ricardo Oriá
Wellington Brandão
Nino Dourado

Contato da Curadora
Maria Amélia Elói
(61) 3215-8095
amelia.eloi@camara.leg.br

Informações: 0800 619 619 – cultural@camara.leg.br
Palácio do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados
Anexo 1 – Sala 1601 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
<http://www.camara.leg.br/centrocultural>

Brasília, setembro de 2018.



Um canto do meu ateliê (1884), de Abigail de Andrade



Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social